

OECP S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

OECP S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas
OECF S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OECF S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OECF S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

OECP S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.3	1.401	1.006	Fornecedores		38	110
Tributos a recuperar		29	21	Contas a pagar		2	2
		<u>1.430</u>	<u>1.027</u>			<u>40</u>	<u>112</u>
				Não circulante			
				Adiantamento para futuro aumento de capital			10
							<u>10</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	5 (a)	819.517	818.984
				Transações de capital	5 (d)	(508.649)	(508.649)
				Ajuste de avaliação patrimonial	5 (b)	244.004	(6.430)
				Prejuízos acumulados		<u>(553.482)</u>	<u>(303.000)</u>
						<u>1.390</u>	<u>905</u>
Total do ativo		<u>1.430</u>	<u>1.027</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.430</u>	<u>1.027</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(85)	(138)
Resultado das participações societárias			
Realização de ajuste acumulado de conversão			781
Equivalência patrimonial	4		(72.530)
Prejuízo operacional		(85)	(71.887)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	5(b)	(250.397)	2
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(250.482)	(71.885)
Prejuízo do exercício		<u>(250.482)</u>	<u>(71.885)</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	5(c)	<u>(0,019)</u>	<u>(0,015)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		(250.482)	(71.885)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que transitaram no resultado:			
Correção monetária	5 (b)		968
Realização de ajuste acumulado de conversão	5 (b)		(7 81)
Variação cambial de investidas no exterior	5 (b)		45.294
Ajuste de variação cambial com investimentos líquido no exterior	5 (b)		(58.306)
Subtotal do resultado abrangente do exercício		(250.482)	(84.710)
Item que transitou no resultado:			
Ajuste de variação cambial com investimentos líquido no exterior	5 (b)	250.434	
Total do resultado abrangente do exercício		(48)	(84.710)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Capital social			Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social				
Em 1º de janeiro de 2021	301.375	(172.960)	128.415		6.395	(231.115)	(96.305)
Total do resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício - (R\$ 0,015) por ação do capital social						(71.885)	(71.885)
Realização de ajuste acumulado de conversão	5 (b)				(781)		(781)
Outros resultados abrangentes	5 (b)				(12.044)		(12.044)
Total do resultado abrangente do exercício					(12.825)	(71.885)	(84.710)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	5 (a)	644.066	172.960				817.026
Redução de capital	5 (a)	(126.457)	(126.457)				(126.457)
Outras movimentações de transações de capital	5 (d)			(508.649)			(508.649)
Em 31 de dezembro de 2021	818.984		818.984	(508.649)	(6.430)	(303.000)	905
Total do resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício - (R\$ 0,019) por ação do capital social						(250.482)	(250.482)
Realização de ajuste acumulado de conversão	5 (b)				250.434		250.434
Total do resultado abrangente do exercício					250.434	(250.482)	(48)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	5 (a)	1.333	1.333				1.333
Redução de capital	5 (a)	(800)	(800)				(800)
Em 31 de dezembro de 2022	819.517		819.517	(508.649)	244.004	(553.482)	1.390

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(250.482)	(71.885)
Ajustes:			
Resultado da equivalência patrimonial	4		72.530
Realização de ajuste acumulado de conversão	5 (b)	250.434	(781)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos			1
Caixa aplicado nas operações		(48)	(135)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(8)	(1)
Fornecedores		(72)	94
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(128)	(42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	5 (a)	523	1.037
Adiantamento para futuro aumento de capital			10
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		523	1.047
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		395	1.005
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.006	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.401	1.006

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OECP S.A. (“OECP” ou “Companhia”) é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a OEI S.A. (“OEI”) e indireta a OEC S.A. (“OECSA”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros, negócios relacionados à Engenharia e Construção, tais como: (i) planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração, ou outros admitidos; (ii) planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações e outros meios flutuantes; prestação de serviços de montagem, manutenção, conservação, reparação e operação de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; (iii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (iv) empreendimentos imobiliários urbanos e rurais; (v) desenvolvimento de negócios ou participação de negócios em exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; e (vi) a prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, arrendamentos, transporte, importação e exportação no mercado internacional e nacional, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023.

(a) Programa de Integridade

O Grupo OEC (“Grupo”) possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial ao Grupo. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos do Grupo.

O Programa de Integridade da OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Em janeiro de 2023 houve eleição para o CA-OEC e a participação de independentes é de 50%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das áreas de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os controles internos implementados no Grupo foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 6 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a CGU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2022 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados 9.502 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 154 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 44 ações de remediação, entre as quais, 15 demissões, 11 advertências verbais ou escritas aplicadas, 04 restrição ao fornecedor, 07 ações de treinamento/comunicação, 05 melhorias de processo e 02 de cumprimento de obrigações; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, foram abertas 896 ações para teste e verificação de processos, 659 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 29 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 274 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado, e, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção.

(b) Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital em R\$815.989, através de créditos que a sua acionista, OECl, detinha contra a Companhia. Após o aumento de capital, e para dar início ao processo de reestruturação, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, nessa mesma data, uma redução de capital mediante a cisão parcial da Companhia, cujo acervo líquido cindido foi incorporado por sua acionista.

Segue o acervo contábil cindido:

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	<u>R\$mil</u>
Não circulante	
Investimento	
Odebrecht Ingenieria y Construccion Internacional de Mexico S.A. de CV	8.377
Odebrecht Argentina S.A.	3.261
Odebrecht Solutions, Inc	216.797
Odebrecht Global Sourcing South Africa (PTY) Ltd.	6.244
OEC Services S.à.r.l.	66.664
Constructora Norberto Odebrecht de Guatemala S.A. (En Liquidación)	335
Passivo	
Não circulante	
Provisão para passivo a descoberto	
Odebrecht Ingenieria Y Construccion Bolivia S.A.	(59.223)
Constructora Norberto Odebrecht Del Ecuador S.A.	(36.622)
Odebrecht Servicios Integrales de México, S. de R.L. de C.V.	(37.214)
OEI Ghana Limited	(10.354)
Outras contas a pagar	(31.809)
Acervo líquido cindido	126.457

Essa operação representa os interesses gerais e comuns das partes envolvidas, fazendo parte do processo em curso de reestruturação societária e patrimonial das empresas do segmento de engenharia e construção do Grupo OEC.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 16 (CPC 27), Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses.

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

	Nota	Custo amortizado
	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.401	1.006
	1.401	1.006
		Custo amortizado
	2022	2021
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	38	110
Contas a pagar	2	2
Adiantamento para futuro aumento de capital		10
	40	122

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Investimentos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou baixas nas participações societárias das controladas diretas, abaixo relacionadas, por meio de cisão parcial cujo acervo líquido cindido foi incorporado pela OECP (Nota 1(b)).

	Quant. Ações ou cotas	Participação %
Odebrecht Global Sourcing South África ("OGS South Africa")	1.000	100%
Odebrecht Ingeniería y Construcción Internacional de México S.A. ("OICI México")	82.441.520	100%
Odebrecht Argentina S.A. ("ODB Argentina")	44.100.000	98%
Odebrecht Solution Malta Limited ("OSM")	2.000	100%
Odebrecht Solutions, Inc ("OSI")	100	100%
Constructora Norberto Odebrecht de Guatemala S.A. ("CNO de Guatemala")	500	100%
Odebrecht Ingeniería Y Construcción Bolívia S.A. ("OIC Bolívia")	26.028	100%
Odebrecht Servicios Integrales de México, S. de R.L. de C.V. ("OSI México")	5.966.330	100%
Constructora Norberto Odebrecht del Ecuador S.A. ("CNO Ecuador")	1.660.000	100%
Odebrecht Services S.á.r.l ("OS Luxemburgo")	12.000	100%
OECP Ghana Limited ("OECP Gana")	1.000.000	100%

O resultado das equivalências patrimoniais até a data das baixas das participações societárias - R\$ 72.530, foi mantido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

5 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 819.517 (2021 – R\$ 818.984), dividido em 13.273.736.972 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em 08 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social em R\$ 800, com cancelamento de 13.333.333 ações ordinárias e sem valor nominal, com devolução das respectivas participações para as acionistas da Companhia.

Em 15 de agosto de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento do capital social em R\$ 10, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, com emissão de 166.667 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento do capital social em R\$ 1.323, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, com a emissão de 22.041.667 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A seguir, demonstramos a movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(6.430)	6.395
Correção monetária		968
Realização de ajuste acumulado de conversão		(781)
Variação cambial de investidas no exterior		45.294
Ajuste de variação cambial com investimentos líquido no exterior (i)	250.434	(58.306)
Saldo final do exercício	244.004	(6.430)

- (i) A movimentação ocorrida em 2022 refere-se à realização de variação cambial sobre contrato de mútuo, o qual foi quitado em janeiro de 2022, via incorporação da COI Overseas Ltd. ("COI Over") pela CNO S.A. Nessa rubrica estão consideradas as variações cambiais sobre alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passaram a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão", até o momento da realização das referidas transações.

(c) Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2022	2021
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(250.482)	(71.885)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	13.264.107	4.646.907
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	(0,019)	(0,015)

(d) Transações de capital

Durante o ano de 2021, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores técnicos externos a regularização de transações financeiras realizadas entre empresas sob controle comum dentro do Grupo OEC, dentre elas, operações de mútuos, prestações de serviços e/ou compra de equipamentos.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o objetivo de reduzir as transações entre as empresas do Grupo OEC, foi efetuado o levantamento de transações que: (i) não há uma expectativa prevista para liquidação; (ii) não são praticadas em condições de mercado; e (iii) refere-se a transações sem movimentação por mais de dois exercícios, sendo avaliada cada transação, quanto a possibilidade de realização por meio da regularização dos saldos entre partes relacionadas, cujas transações são com entidades sob controle comum e que resultam em contribuições de capital por parte dos acionistas, sendo o efeito da realização registrado no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu no patrimônio líquido, por efeito reflexo de investimento em sua controlada, OSI, o montante de R\$ 508.649.

6 Eventos subsequentes

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”)

Em 8 de fevereiro de 2023, foram julgados no Supremo Tribunal Federal os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) sob o regime de repercussão geral, em que restou definido que decisões judiciais individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Empresa juntamente com seus assessores jurídicos avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, e concluiu que não resulta em impactos ou efeitos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

* * *